

ANEXO I
BALANÇO PATRIMONIAL PADRONIZADO

1. Contas padronizadas do Balanço Patrimonial

Código	Título
1	ATIVO
11	ATIVO CIRCULANTE
1101	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
1102	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
1103	DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS
1103.1	Conta reserva
1103.2	Conta Outorga
1103.3	Outros depósitos vinculados
1104	CONTAS A RECEBER
1104.1	Contas a receber
	(-) PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação
1104.2	Duvidosa
1105	PARTES RELACIONADAS
1105.1	Contas a receber de partes relacionadas
	(-) PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação
1105.9	Duvidosa - Partes relacionadas
1107	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
1107.1	Adiantamento de terceiros
1108	TRIBUTOS A RECUPERAR
1108.1	Tributos federais
1108.1.01	IRPJ
1108.1.02	IRRF
1108.1.03	CSLL
1108.1.04	PIS
1108.1.05	COFINS
1108.1.06	INSS
1108.1.99	Outros
1108.2	Tributos estaduais
1108.2.01	ICMS
1108.2.99	Outros
1108.3	Tributos municipais
1108.3.01	ISSQN
1108.3.99	Outros
1108.4	Incentivos fiscais
1110	ESTOQUES
1111	DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES
1111.1	Depósitos judiciais ações contra o poder concedente

1111.2	Demais depósitos judiciais
1111.3	Cauções
1112	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
1113	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
1140	OUTROS ATIVOS
12	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1202	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
1203	DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS
1203.1	Conta reserva
1203.2	Conta outorga
1203.9	Outros depósitos vinculados
1204	CONTAS A RECEBER
1204.1	Contas a receber
1204.2	(-) PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa
1205	PARTES RELACIONADAS
1205.1	Contas a receber de partes relacionadas
1205.9	(-) PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa Partes Relacionadas
1207	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
1207.1	Adiantamento de terceiros
1208	TRIBUTOS A RECUPERAR
1208.1	Tributos federais
1208.1.01	IRPJ
1208.1.02	IRRF
1208.1.03	CSLL
1208.1.04	PIS
1208.1.05	COFINS
1208.1.06	INSS
1208.1.99	Outros
1208.2	Tributos estaduais
1208.2.01	ICMS
1208.2.99	Outros
1208.3	Tributos Municipais
1208.3.01	ISSQN
1208.3.99	Outros
1208.4	Incentivos fiscais
1209	TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVO
1209.1	Imposto de renda diferido
1209.2	Contribuição social diferida
1209.9	Outros tributos diferidos

1210	ESTOQUES
1211	DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES
1211.1	Depósitos judiciais ações contra o poder concedente
1211.2	Demais depósitos judiciais
1211.3	Cauções
1212	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
1213	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
1215	OPERAÇÃO DESCONTINUADA
1220	INVESTIMENTOS
1220.1	Investimentos
1220.2	(-) Provisão para redução ao valor recuperável
1221	PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
1230	ATIVO IMOBILIZADO
1230.1	Ativo imobilizado
1230.1.01	Terrenos
1230.1.02	Edificações, obras civis e benfeitorias
1230.1.03	Máquinas e equipamentos
1230.1.04	Veículos
1230.1.05	Móveis e utensílios
1230.1.06	Equipamentos de informática
1230.1.99	Outros
1230.2	(-) Depreciação acumulada
1230.2.01	Edificações, obras civis e benfeitorias
1230.2.02	Máquinas e equipamentos
1230.2.03	Veículos
1230.2.04	Móveis e utensílios
1230.2.05	Equipamentos de informática
1230.2.99	Outros
1230.5	Ativo imobilizado em formação
1230.6	(-) Provisão para redução ao valor recuperável
1231	ATIVO INTANGÍVEL
1231.1	Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária
1231.1.01	Direito de Outorga
1231.1.01.001	Direito de Outorga
1231.1.01.002	(-) Ajuste a valor presente
1231.1.02	Investimentos na infraestrutura aeroportuária
1231.1.02.001	Softwares
1231.1.02.002	Marcas e patentes
1231.1.02.003	Licenças (ambiental e outras)
1231.1.02.004	Terrenos
1231.1.02.005	Edificações, obras civis e benfeitorias
1231.1.02.006	Máquinas e equipamentos

1231.1.02.007	Veículos
1231.1.02.008	Móveis e utensílios
1231.1.02.009	Equipamentos de informática
1231.1.02.099	Outros intangíveis
1231.1.03	Ativo intangível em formação
1231.2	(-) Amortização acumulada - Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária
1231.2.01	Direito de outorga
1231.2.01.001	Direito de outorga
1231.2.01.002	Ajuste a valor presente
1231.2.02	Investimentos na infraestrutura aeroportuária
1231.2.02.001	Softwares
1231.2.02.002	Marcas e patentes
1231.2.02.003	Licenças (ambiental e outras)
1231.2.02.004	Terrenos
1231.2.02.005	Edificações, obras civis e benfeitorias
1231.2.02.006	Máquinas e equipamentos
1231.2.02.007	Veículos
1231.2.02.008	Móveis e utensílios
1231.2.02.009	Equipamentos de informática
1231.2.02.099	Outros intangíveis
1231.4	Outros intangíveis
1231.4.01	Softwares
1231.4.02	Marcas e patentes
1231.4.03	Outros intangíveis
1231.5	(-) Amortização acumulada - Outros intangíveis
1231.5.01	Softwares
1231.5.02	Marcas e patentes
1231.5.03	Outros intangíveis
1231.9	(-) Provisão para redução ao valor recuperável
1231.9.01	Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária
1231.9.02	Outros intangíveis

1240 OUTROS ATIVOS

2 PASSIVO

21 PASSIVO CIRCULANTE

2101 REPASSES DE TARIFAS

2101.1	Repasses de tarifas
2101.1.01	Adicional da tarifa de embarque internacional
2101.1.02	Tarifas de navegação aérea
2101.1.99	Outros

2102 CONTRIBUIÇÕES AO SISTEMA

2102.1	Contribuições ao sistema
2102.1.01	Contribuição fixa

2102.1.01.001	Contribuição fixa
2102.1.01.002	(-) Ajuste a valor presente
2102.1.02	Contribuição variável
2102.1.03	Contribuição mensal

2103 FORNECEDORES

2103.1	Fornecedores
2103.9	(-) Ajuste a valor presente

2104 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

2104.1	Moeda nacional
2104.1.01	Empréstimos
2104.1.02	Financiamentos
2104.1.03	Debêntures
2104.1.04	Arrendamento mercantil
2104.2	Moeda estrangeira
2104.2.01	Empréstimos
2104.2.02	Financiamentos
2104.2.03	Debêntures
2104.2.04	Arrendamento mercantil

2105 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

2106 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

2107 TRIBUTOS A RECOLHER

2107.1	Tributos federais
2107.1.01	IRPJ
2107.1.02	IRRF
2107.1.03	CSLL
2107.1.04	PIS
2107.1.05	COFINS
2107.1.06	INSS retido terceiros
2107.1.99	Outros
2107.2	Tributos estaduais
2107.2.01	ICMS
2107.2.99	Outros
2107.3	Tributos municipais
2107.3.01	ISS
2107.3.02	IPTU
2107.3.99	Outros
2107.4	Taxas

2108 MULTAS A RECOLHER

2108.1	Multas do poder concedente
2108.2	Multas de outros órgãos públicos

2109 PARTES RELACIONADAS

2109.1	Partes relacionadas
--------	---------------------

2110 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2111	PROVISÃO PARA LITÍGIOS
2112	RECEITA DIFERIDA
2114	ADIANTAMENTO DE CLIENTES
2130	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS
2130.1	Tributos federais
2130.1.01	IRPJ
2130.1.02	CSLL
2130.1.03	PIS
2130.1.04	COFINS
2130.1.99	Outros
2130.2	Tributos Estaduais
2130.2.01	ICMS
2130.2.99	Outros
2130.3	Tributos Municipais
2130.3.01	ISSQN
2130.3.99	Outros
2150	OUTROS PASSIVOS
2155	PROVISÕES DIVERSAS
2160	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
2165	DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2201	REPASSE DE TAXAS AEROPORTUÁRIAS
2201.1	Repasse de Taxas Aeroportuárias
2201.1.01	Adicional da Tarifa de Embarque Internacional
2201.1.02	Tarifas de Navegação Aérea
2201.1.99	Outros
2202	CONTRIBUIÇÕES AO SISTEMA
2202.1	Contribuições ao Sistema
2202.1.01	Contribuição Fixa
2202.1.01.001	Contribuição Fixa
2202.1.01.002	(-) Ajuste a Valor Presente
2202.1.02	Contribuição Variável
2202.1.03	Contribuição Mensal
2203	FORNECEDORES
2203.1	Fornecedores
2203.9	(-) Ajuste a Valor Presente
2204	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES
2204.1	Empréstimos
2204.2	Financiamentos

2204.3 Debêntures
2204.4 Arrendamento mercantil

2205 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

2206 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

2207 TRIBUTOS A RECOLHER

2207.1 Tributos Federais
2207.1.01 IRPJ
2207.1.02 IRRF
2207.1.03 CSLL
2207.1.04 PIS
2207.1.05 COFINS
2207.1.06 INSS retido terceiros
2207.1.99 Outros
2207.2 Tributos Estaduais
2207.2.01 ICMS
2207.2.99 Outros
2207.3 Tributos Municipais
2207.3.01 ISSQN
2207.3.02 IPTU
2207.3.99 Outros
2207.4 Taxas

2208 MULTAS A RECOLHER

2208.1 Multas do Poder Concedente
2208.2 Multas de outros órgãos públicos

2209 PARTES RELACIONADAS

2209.1 Partes relacionadas

2210 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2211 PROVISÃO PARA LITÍGIOS

2212 RECEITA DIFERIDA

2214 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

2230 PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

2230.1 Tributos Federais
2230.1.01 IRPJ
2230.1.02 CSLL
2230.1.03 PIS
2230.1.04 COFINS
2230.1.99 Outros
2230.2 Tributos Estaduais
2230.2.01 ICMS
2230.2.99 Outros
2230.3 Tributos Municipais
2230.3.01 ISSQN
2230.3.99 Outros

2240	TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVO
2240.1	Imposto de renda diferido
2240.2	Contribuição social diferida
2240.9	Outros tributos diferidos
2245	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL
2250	OUTROS PASSIVOS
2255	OUTRAS PROVISÕES
2260	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
2265	DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
24	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2401	CAPITAL SOCIAL
2401.1	Capital social
2401.1.01	Capital social subscrito
2401.1.02	(-) Capital a integralizar
2402	RESERVA DE CAPITAL
2402.1	Reserva de capital
2402.1.01	Reserva de capital
2403	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
2403.1	Outros resultados abrangentes
2403.1.01	Outros resultados abrangentes
2404	RESERVA DE LUCROS
2404.1	Reserva de lucros
2404.1.01	Reservas de lucros
2404.1.02	Reserva legal
2405	PREJUÍZOS ACUMULADOS
2406	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL
2406.1	Recursos destinados ao aumento de capital
2406.1.01	Recursos destinados ao aumento de capital
2407	(-) AÇÕES EM TESOURARIA
2407.1	(-) Ações em tesouraria
2407.1.01	(-) Ações em tesouraria
2408	PROPOSTA DE DIVIDENDOS ADICIONAIS
2408.1	Proposta de dividendos adicionais
2408.1.01	Proposta de dividendos adicionais

2. Descrição das Contas padronizadas do Balanço Patrimonial

2.1 Código 1101 - Caixa e equivalentes de caixa

Destina-se ao registro de operações que se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, conforme norma contábil.

Conforme definido no CPC 03 (R2):

Caixa: compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis;

Equivalentes de caixa: são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Observações:

- ✓ Os depósitos em contas bancárias vinculadas a alguma operação de empréstimos, ou a pagamentos de obrigações específicas ou que tenham alguma restrição quanto à livre movimentação ou restrição ao uso por força contratual, não devem ser incluídos como equivalentes de caixa. Tais depósitos devem ser classificados na conta 1X03 (depósitos bancários vinculados).
- ✓ Contas bancárias com saldo credor deverão ser reclassificadas para o passivo circulante no grupo de contas 2104 – Empréstimos Financiamentos e Debêntures. O CPC 03 (R2) define: “Saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas correntes garantidas que são liquidados em curto lapso temporal compõem parte integral da gestão de caixa da entidade. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa. Uma característica desses arranjos oferecidos pelos bancos é que frequentemente os saldos flutuam de devedor para credor”.

2.2 Códigos 1102/1202 - Aplicações financeiras

Deverão ser registradas as aplicações financeiras que não se enquadram como caixa e equivalente de caixa.

Devem ser contabilizados nessa conta os saldos de aplicações em letras de câmbio, títulos públicos, certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa ou variável, debêntures e outras aplicações de natureza similar.

2.3 Código 1103/1203 - Depósitos Bancários Vinculados

Destina-se ao registro de saldos depósitos vinculados relacionados ao atendimento de exigências dos contratos de concessão.

Conforme o plano de contas, esta conta deverá apresentar a seguinte discriminação:

1X03.1 Conta reserva: quando o objeto do contrato houver estipulado quais reservas deverão ser constituídas;

1X03.2 Conta outorga: quando o objeto da transação for garantias e/ou para limitações contratuais para atender o pagamento de outorga;

1X03.3 Outros depósitos vinculados: para outras transações que não se enquadram nos itens mencionados anteriormente.

2.4 Códigos 1104/1204 - Contas a receber

1X04.1 Contas a Receber: Corresponde aos valores de serviços a receber a prazo no curso normal das atividades operacionais da entidade.

1X04.2 (-) PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa: As contas a receber devem ser ajustadas para considerar perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

2.5 Códigos 1105/1205 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas devem ser divulgadas de modo a fornecer informações suficientes para descrever a magnitude, as características e os efeitos deste tipo de transações sobre a situação financeira e sobre os resultados da companhia.

Se a companhia tiver realizado transações com partes relacionadas, deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas envolvidas, assim como informações sobre as transações e os saldos existentes. As divulgações mínimas necessárias devem incluir:

- a) montante das transações;
- b) montante dos saldos existentes, incluindo compromissos: i) prazos e condições; e
ii) detalhamento de quaisquer garantias;
- c) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas com o montante dos saldos existentes; e
- d) despesas reconhecidas no resultado do exercício, com relação a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

As companhias devem observar as definições constantes no CPC 05 (R1).

2.6 Códigos 1107/1207 - Adiantamentos a terceiros

Registrar os adiantamentos ou empréstimos concedidos a empregados, acionistas e fornecedores em geral.

Observações

- ✓ Os adiantamentos efetuados a fornecedores referentes a materiais e serviços destinados à construção de ativos imobilizados ou ativos intangíveis devem ser contabilizados nas subcontas 1230.5 (ativo imobilizado em formação) ou 1231.3 (ativo intangível em formação).
- ✓ As operações de adiantamento com partes relacionadas devem ser registradas nos subgrupos específicos de partes relacionadas.

2.7 Códigos 1108/1208 - Tributos a recuperar

Destina-se à contabilização dos saldos de tributos a recuperar.

Os saldos dos tributos a recuperar devem ser periodicamente conciliados com os livros fiscais.

2.8 Código 1209 - Tributos diferidos ativos

Destina-se à contabilização dos tributos diferidos ativos (imposto de renda e contribuição social) da companhia, decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais que poderão ser compensados ou reduzidos da base de cálculo.

Imposto Diferido

Imposto Diferido ocorre quando determinados itens de resultado são reconhecidos na contabilidade em períodos diferentes dos quais são tributados pelo IRPJ/CSLL ou quando a companhia registra ativos fiscais diferidos advindos de prejuízos fiscais (base negativa).

Ativo Diferido

O imposto diferido ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social deve ser reconhecido, desde que a companhia tenha histórico de rentabilidade e que possa ser compensado futuramente.

A expectativa fundamentada da rentabilidade deve considerar o limite máximo de compensação permitido pela legislação.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos devem ser quantificados com base nas alíquotas de impostos que se espera aplicar no período de realização do ativo ou liquidação do passivo, usando-se valores de impostos em vigor na data do balanço.

2.9 Códigos 1110/1210 - Estoques

Conforme descrito no CPC 16 (R1), estoques são ativos:

- a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- b) em processo de produção para venda; ou

- c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

No contexto do setor aeroportuário, os estoques são entendidos como materiais ou suprimentos a serem consumidos na prestação dos serviços.

Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

2.10 Códigos 1111/1211 - Depósitos judiciais e cauções

Destina-se à contabilização dos recursos da companhia dados em garantia na forma de cauções, depósitos ou bloqueios judiciais, entre outros.

Os depósitos dados em garantia em ações contra o poder concedente devem ser contabilizados de forma segregada dos demais, conforme disposto no plano de contas:

1X11.1 Depósitos judiciais ações contra o poder concedente;

1X11.2 Demais depósitos judiciais;

1X11.3 Cauções.

2.11 Códigos 1112/1212 - Despesas pagas antecipadamente

São contabilizados os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ocorrerão em momento posterior.

São as “as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte”, conforme descrito no art. 179 da Lei nº 6.404/76.

2.12 Códigos 1113/1213 - Instrumentos financeiros derivativos

Um derivativo é um ativo ou instrumento financeiro cujo preço deriva de outro ativo ou de instrumento financeiro de referência, seja com a finalidade de obtenção de um ganho especulativo ou de proteção (*hedge*).

As companhias podem realizar contratos de derivativos para proteger seus ativos contra os riscos de flutuações nas taxas de juros, câmbio ou outras variáveis de interesse.

Neste grupo de contas deverá ser registrado o valor a receber de operações com derivativos, tais como: mercado a termo, mercado futuro e mercado de opções.

A classificação de um ativo financeiro deve atender as orientações definidas na norma contábil como mencionado no item 4.1 do CPC 48 (R1).

2.13 Códigos 1140/1240 - Outros ativos

Devem ser registradas as operações que não se enquadram nas demais contas de ativos.

São exemplos de outros ativos:

- Empréstimos a receber de terceiros;
- Dividendos a receber;
- Juros sobre capital próprio a receber;
- Sinistros a receber.

2.14 Código 1215 - Operação descontinuadas

Conforme definido pelo CPC 31 (R1), uma operação descontinuada o componente da entidade que tenha sido alienado ou esteja classificado como mantido para venda e:

- a) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;
- b) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou
- c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.”

As operações descontinuadas, quando possível, devem ser segregadas em contas contábeis distintas.

2.15 Código 1220 - Investimentos

esta conta são contabilizados as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia.

Deve abranger também outros investimentos, como obras de arte e investimentos de incentivos fiscais em fundos de investimentos, como: o Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, entre outros.

Devem ser apresentados de foram segregada:

1220.1 – Investimentos

1220.2 – (-) Provisão pra redução ao valor recuperável

2.16 Código 1221 - Propriedade para investimento

De acordo com o CPC 28 (R1), propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para:

- a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- b) venda no curso ordinário do negócio.

(-) Perda estimada para redução ao valor recuperável

A companhia deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Em caso positivo, deverá ser feita a análise de recuperabilidade, comparando o valor contábil registrado com o valor recuperável calculado.

2.17 Código 1230 - Ativo imobilizado

São classificados como ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.

1230.1 Ativo imobilizado: Ativo imobilizado é o item tangível que:

- a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- b) se espera utilizar por mais de um período.

Um Ativo Imobilizado só será reconhecido quando os seguintes critérios forem atendidos:

- a) for provável que os benefícios econômicos seguirão para a entidade;
- b) o custo puder ser mensurado de forma confiável.

1230.2 (-) Depreciação acumulada: A depreciação acumulada deve ser registrada em contas específicas que representem a alocação sistemática do valor depreciável de cada grupo de ativo. O método de depreciação utilizado deve refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela companhia. A vida útil do bem deverá ser revisada anualmente. A vida útil é:

- a) o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou
- b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

1230.5 Ativo imobilizado em formação: Destina-se à contabilização dos custos incorridos na formação de um ativo enquanto ainda não se encontra disponível para uso no nível pretendido pela administração. O ativo imobilizado em formação deverá ser registrado pelo custo, considerando: (i) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimento; e (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

O reconhecimento de custos atribuídos ao ativo intangível em formação cessa quando o item é capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Nesta ocasião, o saldo deve ser transferido para a conta 1230.1 Ativo imobilizado.

1230.6 (-) Provisão para redução ao valor recuperável: A companhia deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Em caso positivo,

deverá ser feita a Análise de Recuperabilidade, comparando o valor contábil registrado com o valor recuperável.

2.18 Código 1231 - Ativo intangível

O CPC 04 (R1) define como ativo intangível um ativo não monetário identificável sem substância física. Ainda de acordo com o CPC 04 (R1), um ativo intangível é identificável quando atender a pelo menos um dos seguintes critérios:

- a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

O reconhecimento inicial de um ativo intangível deve se dar pelo custo de aquisição, isto é, pelo montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outro pronunciamento.

Após o registro inicial, podem ser acrescidos custos em substituição de parte do bem ou recolocação das condições de uso.

Para administradores de aeroportos operados de acordo com o regime de Concessão Pública Federal é importante mencionar que, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público (serviços de construção), opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O concessionário tem acesso à infraestrutura para a prestação dos serviços públicos. Assim, de acordo com o item 11 da Interpretação ICPC 01(R1), “a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato”.

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, isto é, pelo valor que seria pago pelo ativo construído em uma transação não forçada ente participantes do mercado na data de mensuração. Os respectivos custos de construção devem ser

transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. A diferença entre a receita e o custo de construção representa a margem de lucro.

Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços. Nos casos em que há terceirização da obra, normalmente a margem é menor, suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

Na conta 1231.1.01 - Direito de Outorga deve ser registrado em contrapartida da conta 2102.1.01 - Contribuição Fixa.

Na conta 1231.1.02 - Investimentos na infraestrutura aeroportuária devem ser registrados as aquisições de bens, bem como as melhorias realizadas no decorrer do contrato de concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 (R1), o valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

As companhias devem selecionar o método de apropriação de despesas com amortização que reflita da melhor forma possível o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados ao ativo. Esse método deve ser aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração no padrão de consumo dos benefícios esperados do ativo.

O período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil definida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício. Caso existam evidências de que o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados do ativo não está alinhado com a alocação sistemática do consumo do ativo, tais mudanças devem ser registradas como mudanças nas estimativas contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 23 (R1).

Para as empresas abrangidas pelo alcance do ICPC 01 (R1) que utilizam a curva de passageiros/cargas (*Workload Unit – WLU*) como estimativa para apropriação sistemática do valor amortizável referente ao direito de exploração de infraestrutura aeroportuária, a não efetivação da demanda prevista pela mencionada curva em períodos anteriores é um indicativo de que é necessário ajustar a demanda prevista para períodos futuros.

As empresas abrangidas pelo alcance do ICPC 01 (R1) devem amortizar os investimentos efetuados na infraestrutura aeroportuária dentro do prazo da concessão.

A conta de Ativo intangível em formação destina-se à contabilização dos custos incorridos na formação do ativo, enquanto o mesmo ainda não se encontra disponível para uso no nível pretendido pela administração. O ativo intangível em formação deverá ser registrado pelo custo, considerando: (i) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois

de deduzidos os descontos comerciais e abatimento; e (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

O reconhecimento de custos atribuídos ao ativo intangível em formação cessa quando o item é capaz de funcionar na forma pretendida pela administração.

A entidade deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Ademais, independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

O plano de contas exige a discriminação dos grupos discriminados abaixo. Digno de nota mencionar que as contas 1231.1 Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária e 1231.2 (-) Amortização acumulada - Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária são de utilização exclusiva de administradores de aeroportos operados de acordo com o regime de Concessão Pública Federal:

1231.1 Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária

1231.1.01 Direito de outorga

1231.1.02 Investimentos na infraestrutura aeroportuária

1231.1.03 Ativo intangível em formação

1231.2 (-) Amortização acumulada - Direito de exploração da infraestrutura aeroportuária

1231.4 Outros intangíveis

1231.5 (-) Amortização acumulada – outros intangíveis

1231.9 (-) Provisão para redução ao valor recuperável

O grupo de “outros intangíveis” refere-se a gastos na aquisição, desenvolvimento, manutenção ou melhora de softwares de computador, patentes, direitos autorais, licenças entre outros itens intangíveis.

Observações

- ✓ Os gastos com um item intangível devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos, exceto: (a) se fizerem parte do custo de ativo intangível que atenda aos critérios de reconhecimento; (b) se o item é adquirido em uma combinação de negócios e não possa ser reconhecido como ativo intangível.
- ✓ Pesquisa e desenvolvimento: durante a fase de pesquisa os gastos devem ser contabilizados como despesas. Durante a fase de desenvolvimento, a companhia deverá observar se os gastos atendem

aos critérios de reconhecimento para contabilização como ativo intangível, caso contrário, os gastos deverão ser contabilizados como despesas.

- ✓ Deverão ser registrados os custos associados à obtenção de licenças ambientais. O valor desembolsado deve ser registrado no ativo intangível como licença ambiental e amortizado pelo prazo da vigência da licença.
- ✓ O ativo intangível deverá ser baixado quando houver alienação ou quando não forem esperados benefícios econômicos futuros de seu uso. O ganho ou a perda relativa à alienação de um ativo intangível será determinado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo. O resultado proveniente desses ganhos e perdas deve constar nas contas 5201.1.01 - Ganho na venda de investimentos realizados na infraestrutura aeroportuária ou 5201.2.01 - Perda na venda de investimentos realizados na infraestrutura aeroportuária.
- ✓ A companhia deve capitalizar os custos de empréstimos (juros e outros custos diretamente relacionados ao empréstimo) que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo durante a fase de construção do ativo de infraestrutura.

2.19 Códigos 2101/2201 - Repasse de tarifas

Refere-se ao registro de valores arrecadados juntamente com as tarifas aeroportuárias, os quais não representam receita para o aeroporto e, portanto, devem ser repassados a outras entidades. O reconhecimento deve ser efetuado no faturamento das tarifas aeroportuárias, sendo o repasse requerido no momento da arrecadação destas.

2X01.1.01 Adicional da tarifa de embarque internacional: Refere-se ao adicional incidente sobre as Tarifas de Embarque Internacional (TEI) instituído pela Lei Federal nº 9.825/99, que constitui receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, destinadas ao desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

2X01.1.02 Tarifas de navegação aérea: Referem-se às seguintes tarifas instituídas pela Lei nº 6.009/1976:

- Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TAN);
- Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Radio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação (TAT APP); e
- Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Radio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo (TAT ADR).

2X01.1.99 – Outros: Eventuais repasses não citados acima deverão ser registrados nesta rubrica. Essa rubrica deve registrar, também, o valor remanescente a ser recolhido ao FNAC a título de ATAERO, criado pela Lei nº 7.920/1989 e extinto pela Lei nº 13.319/2016.

2.20 Códigos 2102/2202 Contribuições ao sistema

Registrar o valor total devido à União como contrapartida em razão das outorgas de infraestrutura aeroportuária. Refere-se à contribuição fixa, contribuição variável e contribuição mensal nos termos de cada contrato de concessão, inclusive multa e juros por não recolhimento tempestivo dos valores.

2X02.1.01 Contribuição fixa: montante anual a ser pago em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão, atualizadas conforme cláusulas contratuais.

2X02.1.02 Contribuição variável: montante anual resultante da aplicação de alíquota definida contratualmente sobre a totalidade da receita bruta da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

2X02.1.03 Contribuição mensal: montante mensal resultante da aplicação de alíquota sobre a receita mensal proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, e de armazenagem e capatazia.

Cada espécie de contribuição deverá ser evidenciada em conta específica, conforme plano de contas.

2.21 Códigos 2103/2203 - Fornecedores

Destina-se à contabilização de passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor.

Compras efetuadas no exterior deverão ser contabilizadas pelo valor em moeda nacional, ou seja, o valor das faturas em moeda estrangeira deverá ser convertido para moeda nacional pela taxa de câmbio da data em que houve a transmissão da propriedade das mercadorias ou que esteja definido em contrato.

2.22 Códigos 2104/2204 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

Destina-se a contabilização de obrigações referentes à captação de recursos com terceiros, incluindo os juros, comissões e taxas provisionados.

Os Financiamentos representam a captação de recursos de terceiros com destinação específica ou vinculados à aquisição ou à contração de determinado item. Os empréstimos são captações de crédito sem vinculação específica.

Os empréstimos e financiamentos devem ser registrados quando do recebimento do recurso, o que geralmente coincide com a data do contrato. No caso dos contratos em que a liberação dos recursos ocorre em várias parcelas, o registro será efetuado à medida dos recebimentos destas parcelas.

Devem ser classificadas em debêntures as obrigações a pagar oriundas da emissão desses títulos de dívida.

Os contratos são, ou contém, um arrendamento se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Administradores de aeroportos operados de acordo com o regime de Concessão Pública Federal devem se atentar para a exigência dar conhecimento ao Poder Concedente das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Concessão, de acordo com o disposto nos Contratos de Concessão.

2X4.X.01 Empréstimos

2X4.X.02 Financiamentos

2X04.X.03 Debêntures

2X04.X.04 Arrendamento mercantil (leasing)

2.23 Códigos 2105/2205 - Obrigações sociais e trabalhistas

Registra-se neste grupo de contas as obrigações das companhias com seus empregados, administradores e diretores.

2.24 Códigos 2106/2206 - Benefício pós-emprego

Registra-se nesta conta o reconhecimento de passivos atuariais dos planos de benefícios das companhias. São exemplos de benefícios a empregados registrados neste grupo de contas: benefícios de aposentadoria, e assistência médica em que a companhia assume a responsabilidade de administração do plano.

As obrigações deste grupo de contas referem-se a operações que possuem riscos que podem afetar significativamente os planos de benefícios, os chamados riscos atuariais.

A legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade das companhias de realizarem no mínimo uma vez por ano avaliações atuariais para verificar se os recursos acumulados cobrirão as obrigações do plano de benefício de acordo com as hipóteses formuladas ou se será preciso fazer alguma alteração nos custos para suportá-los.

A contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados deverão seguir as orientações do pronunciamento técnico 33 (R01).

2.25 Códigos 2107/2207 - Tributos a recolher

Registram-se as obrigações da companhia assumidas junto aos governos municipais, estaduais e federal, de acordo com os termos da legislação tributária vigente. Estas obrigações relativas a impostos, taxas e contribuições serão registradas em contas específicas neste subgrupo.

2.26 Códigos 2108/2208 - Multas a recolher

Destina-se a contabilização das multas aplicadas pelo poder concedente ou por outros órgãos públicos. As multas do poder concedente referem-se a valores devidos como sanção administrativa pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do contrato de concessão, e pelo não cumprimento de normas e regulamentos editados pela ANAC, bem como multa e juros moratórios devidos em razão do não recolhimento do valor principal. As multas moratórias referentes ao não recolhimento tempestivo das Contribuições ao Sistema são registradas na conta 2102 – CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA.

2.27 Códigos 2109/2209 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas devem ser divulgadas de modo a fornecer informações suficientes para descrever a magnitude, as características e os efeitos deste tipo de transações sobre a situação financeira e sobre os resultados da companhia.

Se a companhia tiver realizado transações com partes relacionadas, deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas envolvidas, assim como informações sobre as transações e os saldos existentes. As divulgações mínimas necessárias devem incluir:

- a) montante das transações;
- b) montante dos saldos existentes, incluindo compromissos: i) prazos e condições; e
ii) detalhamento de quaisquer garantias;
- c) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa relacionadas com o montante dos saldos existentes; e
- d) despesas reconhecidas no resultado do exercício, com relação a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

As companhias devem observar as definições constantes no CPC 05 (R1).

2.28 Códigos 2110/2210 Instrumentos financeiros derivativos

Um derivativo é um ativo ou instrumento financeiro cujo preço deriva de outro ativo ou de instrumento financeiro de referência, seja com a finalidade de obtenção de um ganho especulativo ou de proteção (*hedge*).

As companhias podem realizar contratos de derivativos para proteger seus ativos contra os riscos de flutuações nas taxas de juros, câmbio ou outras variáveis de interesse.

Neste grupo de contas deverá ser registrado o valor a receber de operações com derivativos, tais como: mercado a termo, mercado futuro e mercado de opções.

A classificação de um ativo financeiro deve atender as orientações definidas na norma contábil como mencionado no item 4.1 do CPC 48 (R1).

2.29 Códigos 2111/2211 Provisão para litígios

Destina-se à contabilização das provisões para litígios judiciais ou administrativos com base nos riscos estimados sobre as ações trabalhistas, cíveis, ambientais, tributárias, regulatórias, entre outros, no qual o processo ainda está em andamento.

As provisões devem ser reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (ii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

2.30 Códigos 2112/2212 Receita diferida

Refere-se a recurso recebido antecipadamente referente a serviço ainda não prestado sem que exista a possibilidade de devolução do recurso já recebido.

2.31 Códigos 2114/2214 Adiantamento de clientes

Refere-se a uma antecipação referente a serviço ainda não prestado quando existe a possibilidade de devolução do recurso já recebido.

2.32 Códigos 2130/2230 Parcelamento de tributos

Refere-se a programas específicos do governo para regularização das pendências tributárias. O montante a ser registrado é o tributo devido, acrescido de multas e juros, de acordo com condições gerais de cada programa de parcelamento.

2.33 Código 2240 - Tributos diferidos passivos

Destina-se à contabilização dos tributos diferidos passivos referentes às diferenças temporais de imposto de renda e contribuição social da companhia.

Conforme CPC 32 (R1), a respeito da mensuração, define-se: os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas da legislação fiscal que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

2240.1 Imposto de renda diferido

2240.2 Contribuição social diferida

2240.9 Outros tributos diferidos

Imposto diferido ocorre quando determinados custos ou despesas que já foram contabilizados no exercício, e só poderão ser considerados como dedutível na base de cálculo do tributo em períodos posteriores, ou seja, quando efetivamente forem liquidados (diferença temporária).

Observações

- ✓ Os tributos diferidos não devem ser apresentados a valor presente.
- ✓ Os impostos diferidos devem ser classificados como não circulante.

2.34 Código 2245 - Recursos destinados ao aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital social deve ser classificado como um passivo exigível quando existe a possibilidade de devolução dos recursos recebidos aos acionistas. O recurso deve ser classificado no passivo exigível quando pelo menos um dos seguintes critérios não for atendido:

- (i) conversão irrevogável e irrevogável;
- (ii) o adiantamento deve estar na moeda funcional da entidade e não pode prever indexação; e
- (iii) a quantidade de ações no qual o adiantamento será convertido deve ser fixa, ou seja, deve estar preestabelecido.

2.35 Códigos 2150/2250 - Outros passivos

Devem ser registrados as operações que não se enquadram em outras contas de passivo.

2.36 Códigos 2155/2255 - Outras provisões

Nesta conta deverá ser registrado as demais provisões da companhia.

2.37 Códigos 2160/2260 - Operações descontinuadas

Conforme definido pelo CPC 31 (R1), uma operação descontinuada o componente da entidade que tenha sido alienado ou esteja classificado como mantido para venda e:

- a) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;
- b) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou
- c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.”

As operações descontinuadas, quando possível, devem ser segregadas em contas contábeis distintas.

2.38 Códigos 2165/2265 - Dividendos declarados e juros sobre capital próprio

Destina-se à contabilização da remuneração dos acionistas das companhias, quer por meio na participação nos lucros (dividendos) ou por meio de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP.

A parcela de dividendos propostos pela administração que ultrapasse o valor mínimo obrigatório deverá ser registrada dentro do patrimônio líquido até que a Assembleia Geral aprove sua destinação.

2.39 Código 2401 - Capital social

Destina-se ao registro o capital social da companhia, que deve estar de acordo com os atos constitutivos da entidade.

Nos termos do art. 182 da Lei nº 6.404/76 a conta do capital social deverá discriminar o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, conforme previsto pelo Plano de Contas:

2401.1.01 Capital social subscrito

2401.1.02 (-) Capital social a integralizar

2.40 Código 2402 - Reserva de capital

Registrar a reserva de capital conforme legislação e normas societárias.

Serão classificadas como reservas de capital, conforme definido parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, as contas que registrarem:

- a) contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.

2.41 Código 2403 - Outros resultados abrangentes

São contabilizados como outros resultados abrangentes os itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, e de acordo com o CPC 26 (R1), esses itens são:

- a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver pronunciamentos técnicos CPC 27 (R1) e CPC 04 (R1));
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A do pronunciamento técnico CPC 33 (R1);
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver pronunciamento técnico CPC 02 (R2));
- d) ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 (R1);
- da) ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 4.1.2A do CPC 48 (R1);
- e) parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em

- instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 (R1) (ver Capítulo 6 do CPC 48 (R1));
- g) alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de hedge somente as alterações no valor intrínseco (ver Capítulo 6 do CPC 48 (R1)); e
- h) alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como instrumento de hedge, somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do spread com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluí-lo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de hedge (ver Capítulo 6 do CPC 48 (R1)).

2.42 Código 2404 - Reserva de lucros

Destina-se ao registro de valores constituídos pela destinação do resultado positivo da companhia. A reserva legal deve ser discriminada separadamente das demais reservas de lucros, conforme disposto no Plano de Contas:

2404.1.01 Reserva Lucros

2404.1.02 Reserva legal

2.43 Código 2405 - Prejuízos acumulados

Deverá ser registrado e acumulado o resultado negativo apurado em cada exercício.

O artigo 189 da Lei nº 6404/76 menciona: “o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem”.

2.44 Código 2406 - Recursos destinados ao aumento de capital

Registram-se nesse grupo os valores recebidos pela companhia com o objetivo de futuro aumento de capital social.

O adiantamento para futuro aumento de capital social classificado no patrimônio líquido deve atender a todas as condições: (i) sua conversão deve ser irrevogável e irretratável; (ii) adiantamento deve estar na moeda funcional da entidade e não pode prever indexação; e (iii) a quantidade de ações no qual o adiantamento será convertido deve ser fixa, ou seja, deve estar preestabelecido.

2.45 Código - 2407 (-) Ações em tesouraria

Refere-se ao registro de ações próprias adquiridas pela companhia.

2.46 Código 2408 - Proposta de dividendos adicionais

Registram-se nessa conta os valores propostos pela administração de pagamento de dividendo excedente ao dividendo mínimo obrigatório até a sua aprovação pela Assembleia-Geral, quando passam a integrar o saldo da conta do passivo exigível.

MANUTENÇÃO